

**AS PEDRAS DO CAMINHO E O CAMINHO DAS PEDRAS: ou do processo de
construção de uma cultura de justipaz.**

Alexandre Silva Virginio*

*É necessário ver a vida por inteiro,
como um todo, para aí basearmos a
nossa concepção de escola.*

Anísio Teixeira¹

O presente trabalho é produto de um desafio colocado à nós quando da participação na 5^a. Assembléia da ONU dos povos, realizada em Perúgia, Itália, no período de 09 à 12 de outubro de 2003. Neste sentido, seu conteúdo cumpre o desígnio de procurar montar o quebra-cabeça que confere contorno à realidade mundial. Além disso, colocaremos em relevo os debates e intervenções realizadas por ocasião daquela assembléia, cujo tema principal percorreu as possibilidades de intervenção da Europa diante os conflitos e dilemas mundiais. Noutro sentido, mas não em oposto, estaremos apresentando uma proposta de educação que, por circunstâncias do debate, vem para este espaço sem a pretensão de ser única ou conclusiva. Assim, importante destacar que não é pretensão realizar um estudo em termos acadêmicos, principalmente no que diz respeito a um estudo de maior fôlego e profundidade.

Em sentido correlato, sem risco de qualquer antagonismo, o mesmo procura atender o objetivo de levar um volume de informações e ou relações presentes nos conteúdos destas com seus impactos sobre a realidade para um número maior de pessoas. Da mesma forma, procuraremos tecer algumas pontes entre as urgências colocadas por este contexto e o desafio de pensar, ou ainda implementar, uma proposta de educação que concorra para uma mudança cultural que contribua, decisivamente, para um outro caminho para a humanidade e para a vida do

* Secretário Municipal de Educação de Alvorada e Doutorando em Sociologia – UFRGS.

e no planeta. Trata-se, em realidade, de tão somente cumprir o propósito de apresentar em linhas gerais o contexto no qual estamos inseridos e colocar uma perspectiva de educação que entendemos ser necessária para a construção de alternativas que concorram para uma alteração das cores do cenário, local e global, em que vivemos.

Esta preocupação decorre do fato de que a sociedade e a educação apresentam, desde tempos imemoráveis, uma relação tão indubitável, porquanto ingredientes de uma mesma realidade. Deste modo, a mesma pode ser entendida numa perspectiva donde o sujeito é refém das normas e regras da sociedade ou, pelo contrário, como um processo que, uma vez centrado na experiência do sujeito e da vida cotidiana, constitui-se como movimento dinâmico e dialético de transformação da sociedade.

Entretanto, parece-nos inconfundível que a relação educação e sociedade possui uma indissociabilidade inegável. Trata-se de reconhecer que é praticamente impossível recorrer a qualquer processo histórico de produção e reprodução societário sem ponderar que a educação é fenômeno presente e responsável, tanto pela socialização quanto pela reedição e ou renovação dos ingredientes da tradição.

Destarte, entendemos que a relação que os sistemas educativos assumiram ao longo da história deve ser percebida como depositária de sincronismos com o meio – formação do homem grego - como de ambivalências que lhes valeram críticas, por vezes ácidas e contundentes – caso americano após o Sputnik.

No entanto, paralelo a maior ou menor congruência com o desenvolvimento societário, parece-nos inequívoco que sobre a educação recai uma expectativa quanto ao seu papel no desenvolvimento do homem e dos povos em geral. Não são poucos os exemplos na história a demonstrar a estreita vinculação entre melhoria das condições de vida com a democratização do acesso e a elevação dos níveis de instrução de uma população. O acesso ao conhecimento, ao desenvolvimento da capacidade de crítica e de criação, tanto quanto a promoção de valores e hábitos como a liberdade, a competência, a justiça e a autonomia, são atributos de uma interação indivíduo/sociedade que concorre para uma conotação positiva de seu desenvolvimento.

Por outro lado, seria ilusório pensar que os sistemas de educação estão protegidos contras as influências dos processos de socialização inerentes a vida em sociedade e que, por

¹ TEIXEIRA, A. apud BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro – Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 212.

suposto, podem ficar imunes a eles. Poderíamos afirmar com segurança que atualmente a educação, e em especial a escola, sofre não só a concorrência de outras instituições no que diz respeito à tarefa de formação do cidadão – família, a empresa, a rua, a mídia, igreja, instituições e governos – como também se vê colocada em cheque na medida em que não consegue atender, satisfatoriamente, os objetivos que se propõe, isto é, possibilitar o acesso ao conhecimento, o fortalecimento dos valores humanitários e cidadãos e a formação para o mundo do trabalho. Quando muito sua crise só não é maior porque a escola, principalmente nos primeiros anos de escolaridade, ainda cumpre um importante papel no processo de socialização dos indivíduos.

Porém, esta crise da educação e da escola deve ser apreendida como um apêndice de uma crise da própria sociedade mundial. Vivemos hoje um momento histórico onde as qualidades presentes no processo civilizatório tem concorrido, paradoxalmente, para afastar o ser humano do centro dos objetivos da produção e reprodução societária. Isto é mais certo se considerarmos que pelo menos no que diz respeito aos espaços, tempos e fóruns, responsáveis e hegemônicos, que controlam o curso da historicidade estão focalizados na consecução do lucro, da riqueza e da concentração de poder e não na promoção do bem comum.

Assim, pensar uma outra educação capaz de contribuir para o desvio deste foco, senão de transformação desta realidade passa pela necessidade da constatação e reconhecimento das ações, e seus impactos – sociais, econômicos, culturais e naturais -, que têm conferido uma dimensão cinzenta à vida no mundo contemporâneo. Afinal, temos que conhecer para intervir.

Após tal garimpagem nos elementos que a caracterizam, nos propomos a pensar e a propor fundamentos e ou pressupostos para uma educação alternativa que, quiçá possa, contribuir para uma mudança de eixo e de curso do padrão, por hora hegemônico, de organização societária. Não esqueçamos que o mundo em que vivemos, a par do acaso, do inusitado e das conseqüências indesejadas das ações humanas, é resultado de determinada forma de pensar, de sentir e de agir sobre a realidade.

AS PEDRAS DO CAMINHO: o mundo em que vivemos.

No espaço a seguir estaremos apresentando um conjunto de indicadores e ou conformações da realidade atual. Cumpre assinalar que desde já pedimos desculpas pela imprecisão de uma ou outra das informações ou dados presentes nesta abordagem. O fato é que o mesmo é resultado de um esforço de congregar um leque amplo de características do mundo contemporâneo onde não nos furtamos, inclusive, além de livros, de recorrer a informações reveladas por periódicos ou pela internet. Não obstante, em que pese um ou outro apontamento desmedido, acreditamos que em seu conjunto são dados confiáveis e de fácil verificação junto aos organismos nacionais e internacionais de estudo e pesquisa.

Deste modo, estaremos apresentando o mundo atual em duas esferas. A primeira, que revela os principais elementos que caracterizam o atual modelo de globalização, centrado no econômico e no capital e não no social ou no humano. A segunda revela e caracteriza os impactos sociais, ambientais e culturais de tal modelo. De outra parte não espere o leitor profundidade de análise, visto que o que segue cumpre somente a função de elevação à superfície de indicadores de um determinado contexto histórico cujas determinações têm raízes conjunturais e estruturais que demandariam uma análise e esforço teórico que, em outro momento, cumpre realizar.

A realidade segundo o capital

O capitalismo desde o último quarto do século passado vive seu estágio mais sofisticado e veloz. É o capitalismo turbinado (Luttwak, 1994). Sua marca principal é a inovação tecnológica, responsável pela redução das dimensões do tempo e do espaço. Paralelamente, a chamada terceira revolução industrial, além de reduzir os postos de trabalho, desencadeou um conjunto de novas formas de organização do trabalho. Da produção em massa típica do taylorismo/fordismo, passamos para a produção especializada e no tempo certo, donde a demanda orienta a produção. Da sociedade centrada no trabalho e na produção passamos a sociedade orientada pelo saber e pelo poder, onde a informação e o conhecimento definem o volume e a velocidade da produção, bem como seu destino numa estreita articulação entre produção, comercialização e consumo.

Tal dinâmica e tal lógica deixam os indivíduos vulneráveis e sem proteção à economia do livre mercado. A concorrência desenfreada, energia que movimenta o avanço tecnológico, traduz-se em relações desiguais entre países pobres e ricos, eliminando reservas de mercado dos primeiros e garantindo subsídios e proteção para a economia dos segundos. Diante da insegurança e da crescente redução dos mercados consumidores o capital produtivo recua e abre espaço para o capital financeiro. Dos 40 trilhões de dólares da economia mundial, somente 10 são riquezas produzidas enquanto os outros 30 são capitais especulativos.

A busca por posições favoráveis no cenário da economia internacional, senão seu controle, tem sido protagonista de operações que têm desembocado na concentração da propriedade e da riqueza. Neste sentido, a União Européia constitui um PIB de 6 trilhões de dólares; os EUA, sozinhos, 6 trilhões; o Japão 3,7 trilhões e o Mercosul 500 bilhões de dólares. Além disso, como fator que reforça as desigualdades entre países ricos e não ricos, os países industrializados cobram cerca de 1% sobre as manufaturas importadas entre si, mas 2% da América Latina, além de subsidiarem com U\$ 300 bilhões anuais seus produtos agrícolas.

- Para se compreender os termos deste processo de concentração de renda e riqueza basta recorrermos aos relatórios da ONU sobre o tema. De acordo com as Nações Unidas, em 1870, os 20% mais ricos detinham 7 vezes mais renda que os mais pobres; em 1960 essa relação era de 30 para 1, em 1990 de 60 para 1, em 1994 74 para 1. Isto significa assinalar que 1,2 bilhões de pessoas detém 86% PIB mundial enquanto 4,8 bilhões disputam os outros 14% PIB, com o agravante que os 20% mais pobres tem somente acesso a 1% desta riqueza. Isto equivale afirmar que 20% da população controla 80% da riqueza mundial.

Nos países ricos, a desigualdade nos últimos 20 anos agravou em 16%, ou seja, a concentração de renda e a desigualdade também são fenômenos que atingem as nações e economias das grandes potências dando contorno, desta forma, ao que poderíamos denominar desigualdade vertical.

Consoante a isto, as políticas do BM/FMI/BID – projeto de ajuste estrutural – tem constituído procedimentos de beneficiamento do capital: na década de 90, para a Argentina, por exemplo, foram destinados 750 milhões de dólares (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para os bancos e somente 20 milhões para a assistência a crianças em situação de risco ou ainda, no mesmo país, 500 milhões de dólares (Banco Mundial) para o mercado de capitais e 152 milhões para programas de proteção social.

Estes fatos não deixam margem para interpretações subjetivas. Em realidade, estas instituições há muito já deixaram de representar e ou implantar os objetivos que balizaram sua constituição, qual seja, de fomentar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico dos países e evitar crises internacionais. Porém, o que estamos presenciando é o transcorrer de uma política, senão mecanismos, destas instituições que visam assegurar o pagamento da dívida dos países pobres e a eliminação de características indesejáveis ao desenvolvimento e à hegemonia do padrão capitalista neoliberal e ou que servem amiúde, uma vez direcionadas para o combate à pobreza, para atenuar as tensões sociais (Soares, 2003; Trein, 2002).

Não obstante, paralelo ao atual modelo de acumulação não se verifica um contexto político que possa interpor modos de regulação capazes de reverter, em curto prazo o sentido perverso da acumulação capitalista. Vivemos um tempo de corrosão das instituições internacionais com a substituição da negociação coletiva pela imposição bélica unilateral. Para garantir a posse de matérias-primas e acesso a riquezas naturais – fontes de energia - de outros países, os EUA instituíram o conceito de guerra preventiva ou ataque preventivo (Meszáros, 2003). Com o argumento de eliminar o terrorismo e acabar com as armas de destruição em massa – nunca encontradas – e promover a democracia invadiram o Afeganistão e o Iraque enquanto ameaçam a China e a Coréia do Norte.

Em contrapartida os EUA propagam o terror no mundo pois lideram o comércio de armas convencionais – 45,5% -, pressionam a Coréia do Norte e Irã, dentre outros países, para acabar com seu arsenal e pesquisas nucleares enquanto detêm mais de 6 mil ogivas nucleares. No último quarto do século XX, 5 milhões de pessoas se vitimaram com as guerras. Em países do continente africano esta situação é dramática. O Zaire, antigo Congo, por exemplo, tem 3 milhões de mortos e 3 milhões de refugiados produzidos por guerras pela posse de diamante e cobre.

Em depoimento recente, Kristalina Georgieva, Diretora do Meio Ambiente do Banco Mundial, destacou que os governos do mundo gastam, anualmente, 600 bilhões de dólares em armas e só 50 bilhões de dólares por ano em ajuda ao desenvolvimento. Segundo ela, o problema do desenvolvimento sustentável – antítese da pobreza e da desigualdade – poderia ter um avanço considerável se o mesmo recebesse o incentivo de 150 bilhões de dólares. Numa economia mundial que é responsável pela geração de mais de 40 trilhões de dólares, àquela quantia nos parece muito pouco se considerarmos que estamos falando da sobrevivência do planeta e da herança que deixaremos aos nossos filhos.

No entanto, para efetivarmos tal proposta precisamos superar o momento de crise das instituições. A ONU, por exemplo, se apresenta uma instituição que não consegue mais se impor como fórum político internacional: não consegue evitar que armas de destruição em massa e terrorismo sejam apresentados como temas essenciais na preocupação das pessoas em detrimento de outros, como a pobreza, as desigualdades, a Aids, política de criação de empregos, a questão ambiental. A segurança que se quer é a do desenvolvimento sustentável, a sanitária, a previdenciária, a ecológica e a política.

Por outro lado, os acontecimentos de Cancun, apesar de importantes e indicarem um certo avanço no que diz respeito à correlação de força entre os países, não chegaram a indicar uma mudança substantiva no sentido de avançar, em termos democráticos e igualitários, as relações entre os países e, por decorrência, entre as nações. O que a realidade revelou, foi a criação de um movimento que caracteriza algo como o grupismo – G8, G20 – onde os não alinhados têm pouca chance de ter um papel protagonista diante dos rumos da discussão e da ação.

Em sua dinâmica processual, nunca o capitalismo foi rápido e eficiente em conjugar processos de concentração e de exclusão. Por um lado, o avanço tecnológico fomentado pela concorrência e voracidade de lucro tem desencadeado processos que distanciam a finalidade da produção da proteção ambiental ou da consecução de qualquer idéia de desenvolvimento humano sustentável. Em conseqüência, presenciamos realidades de flexibilização e desregulação da produção e do consumo. Criam-se mercadorias e mercados sazonais, específicos e restritos, pautando a velocidade da vida pela renovação sempre constante de produtos, diferenciados aparentemente e descartados.

O impacto social desta lógica é a redução constante dos postos de trabalho, a precariedade dos que permanecem e a oferta de outros mercados pelo peso da insegurança se no futuro ainda existirão. Isto tem impactado na capacidade de resistência dos trabalhadores que se encontram cada vez mais fragilizados, principalmente no movimento sindical. Esta fragilidade decorre e fica expressa nos salários aviltantes e no desemprego que atinge 30% da força de trabalho mundial. Desemprego este que atinge a todos os países indistintamente. Somente no grupo do G7, por exemplo, são 23 milhões de desempregados. Congruente este fato, somos contemporâneos de um ataque aos direitos sociais e trabalhistas. De outra parte, assistimos também a focalização dos gastos públicos nos setores de extrema pobreza, constituindo um ataque concreto ao direito de universalidade; privatização de empresas, bens e serviços.

Como resultado do decurso desta situação vivemos num mundo enfermo que, a não ser que se constituam instrumentos eficazes e concretos de alteração de rota, continuará caminhando para agravar seu quadro não conseguindo, assim, não só se afastar de sua condição – e solidão - de moribundo (Elias, 2001), com o agravante que não haverá esperança, pois que não haverá como remediar.

Nos constituímos, hoje, em um total de 6 bilhões de habitantes no planeta e em 25 anos já seremos 8 bilhões. Atualmente 2,8 bilhões destas pessoas sobrevivem com U\$ 2.00 por dia; 1 bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento não tem acesso a água potável e 3 bilhões não têm acesso a esgotamento sanitário - só nos EUA, são 23 milhões sem atenção sanitária -; destes, 850 milhões são analfabetos e 840 milhões de desnutridos, ainda que a produção de alimentos seja 30% superior a necessidade para nutrir toda a população do planeta.

De acordo com o Banco Mundial são 70 mil novos pobres por dia a cruzar a linha de pobreza, totalizando hoje 1,2 bilhões de pessoas, donde 52 milhões estão na América Latina e 323 milhões na África subsaariana. No Brasil de 170 milhões de habitantes, 57,7 milhões estão nesta condição e 21,7 em pobreza extrema (IBGE). Também nos EUA, 12% vivem abaixo da linha da pobreza. Na América Latina, os maiores níveis de pobreza urbana estão no Paraguai, com 33,5% e no Brasil, com 24,9%, sendo que na Bolívia 64% da população vive em situação de flagelo.

Entrementes à condição de pobreza muitos países, em especial os em desenvolvimento, tem que superar o desafio de contornar doenças endêmicas, muitas delas ainda sem qualquer possibilidade de cura oferecida pela medicina. É o caso, por exemplo, da AIDS. No mundo, na atualidade são 34 milhões infectados como o vírus HIV, donde 95% estão nos países pobres, sendo 4,1 milhões na África. Destes só 50 mil tem acesso a tratamento fazendo com que a expectativa de vida baixasse 20 anos para muitos países ao sul do continente.

Todavia, nada é mais preocupante do que a corrosão da capacidade de sobrevivência do próprio planeta. Vivemos o tempo da insegurança ecológica que ameaçará, em curto prazo, a subsistência de 500 milhões de pessoas nos trópicos. Em termos de manutenção da vida no planeta só temos pouco mais de 30 anos. A vida humana na terra tem provocado conseqüências desastrosas. A desertificação aumentou, a área cultivada diminuiu de modo que a metade das florestas que haviam em 1950 já não existem mais. O desmatamento da Amazônia já chega a 20%, donde só em 2002, 25.500 Km² desta floresta desapareceram no Brasil e 90 mil Km² nos últimos 30 anos no território peruano. Do mesmo modo, percebemos a deterioração da

qualidade do ar e da qualidade da água - cuja política do Banco Mundial é privatizar sua captação, purificação, distribuição, conservação e tratamento. Hoje, são 1 bilhão de habitantes no planeta sem água potável. Recursos naturais e não-renováveis como o carvão e o petróleo se esgotarão nesta primeira metade de século. A previsão é que em 2030 o cobre, a bauxita, o zinco, o fosfato e o cromato já não existirão mais (Sader & Betto, 2000).

O compasso desta realidade também abarca, compromete e corrompe a possibilidade de futuro para milhões de crianças no mundo atual. Segundo a UNICEF, das crianças até 18 anos nos países em desenvolvimento, 1 bilhão sofre com os efeitos da pobreza, sendo que 192 milhões são crianças com menos de 5 anos. Destas, 674 milhões vivem em pobreza absoluta; 376 milhões não tem acesso a água potável; 134 milhões nunca freqüentaram uma escola - destes só 2 milhões estão em países ricos enquanto que 46 milhões estão na África e no sul da Ásia.

No Brasil, dos que estudam, cerca de 20% por ano não avançam em seus estudos, vítimas da retenção. Além disso, 59% dos que estão na 4ª série não sabem ler e 52% não resolvem operações matemáticas simples (SAEB²). Não é de se admirar visto que 1 em cada 3 crianças vive em uma habitação com chão de terra e ou dividindo quarto com outras cinco pessoas (UNICEF/ONU).

Estes são apenas alguns desdobramentos da concentração de riqueza e da proliferação da pobreza neste país. A expressão maior desta situação assume uma dimensão acentuada no caso brasileiro. No Brasil os 10% mais ricos detém 50,6% da renda nacional, os 40% mais pobres 7,0% e os 10% mais pobres somente 0,8%. O país de maior extensão territorial e maior potencial agrícola da América Latina apresenta indicadores sociais paralelos e ou piores que muitos países na África. De uma população de 170 milhões, 83 milhões não tem acesso a rede de esgoto e 45 milhões não tem água tratada para consumo. São 19,6% os analfabetos acima de 7 anos. Para agravar o quadro, de cada mil crianças que nascem 52 morrem antes de completar um ano de vida, visto que 22 milhões são desnutridos ou passam por fome crônica (FAO).

Com um potencial agrícola invejável, verifica-se ainda, no Brasil, que mais da metade dos estabelecimentos rurais não tem acesso à energia. De sua população, mais de 33 milhões vivem abaixo da linha da pobreza. Com indicadores de desemprego que chegaram a ser de 17% - de 1994 à 1997, retiraram-se 733 mil postos de trabalho da economia formal - tem que dar conta de 1,5 milhões de jovens por ano sem perspectiva de emprego. As conseqüências

humanas desta decoração funesta são o recrudescimento de endemias - a Dengue, por exemplo -; o desmonte da escola pública e dificuldades de educação – apesar de controversa, basta ver os dados do PISA -; desestruturas familiares; diversificação da marginalização e; como pano de fundo, tudo isto conjugado, senão reforçado, por um baixo dinamismo econômico (Benjamin, 1998).

O eco social do atual modelo hegemônico também projeta seu alcance junto aos países do centro do sistema. Para se ter uma idéia, nos EUA, reflexo da imagem que reproduz e representa o relevo capitalista em voga, a desorganização da família tem se constituído uma regra onde somente 25% das mesmas são constituídas por casal e filhos. Inobstante, 85% dos jovens praticaram algum tipo de delito ou atividade anti-social. Em recente estudo francês, cerca de 53,5% dos jovens entre 17 e 19 anos declararam já ter fumado maconha, o que já é mais que o tabaco (OFDT). Vítimas das drogas e de um futuro cada vez mais intangível, a violência se manifesta em passos largos e com intensidade profunda. O Brasil, por exemplo, possui a maior média de homicídios do mundo com 21 homicídios por grupo de 100 mil por ano. Gana, país 10 vezes mais pobre que o Brasil, tem somente 2,1 casos a cada 100 mil. A desigualdade de renda é incontestável quando se trata de alimentar o desejo de ter que lança os famintos e deserdados sobre o princípio da propriedade. Com ações legalmente marginalizadas legitimam sua ação na consciência da necessidade de manter-se vivos.

Para além da contravenção, os excluídos pela concorrência são vítimas da passividade, do desamparo, da desigualdade, da discriminação, da solidão, expostos que ficam diante da incapacidade de se juntar aos outros em movimentos reivindicativos para, se assim procedessem, propor e ou apresentar sua contraversão societária.

Em conseqüência, vivemos a cultura da estética em detrimento da ética. Nela o que importa é a aparência, busca frenética que cala a juventude, pois que quanto mais aparência menos confiança. Como só tem seu corpo, o cultua e luta para mantê-lo em uma batalha cujo resultado não pode ser diferente da derrota, visto que as conseqüências do tempo são inapeláveis e implacáveis. A substituição da ética pela estética atinge também o desenvolvimento da Ciência, pois a finalidade do conhecer se distancia cada vez mais do que é bom e belo em favor do que é prático lucrativo, refratário a qualquer alerta de impacto social ou ecológico. Em suma vivemos hoje a difícil equação entre liberalização dos mercados e previsibilidade da vida.

² Sistema de Avaliação da Educação Básica – Brasil.

Como produto tributário deste estágio de nossa historicidade encontramos um Estado inadequado e pequeno na gestão da economia e da política e demasiado grande para os problemas pequenos da vida. O poder público deixou de ser o Estado gestor da vida social a partir do pacto social para ser o Estado policial protetor da comunidade do medo. Daí surgem os comunitarismos e fundamentalismos de base cultural e não de base política. Os capitalistas e comunistas do passado foram substituídos por movimentos de associação cujos fundamentos de consolidação da e na unidade coletiva tem sua origem, lembrando Weber (1992), não em ações racionais relativas a fins ou a valores, mas em ações irracionais. O resultado disto tem sido, além de produzir um campo propício à dominação carismática e ou tradicional, um conjunto de fatos que tem feito da violência um fenômeno patológico das sociedades contemporâneas cujas soluções tem, quando muito, inflacionado a motivação para o desentendimento e menos para a compreensão.

Como resultado presente nesta moldura encontramos uma participação política restrita às eleições, o monopólio das representações pelos partidos políticos (grupos fechados de poder) e a recorrente e freqüente conversão da disputa política em sedução publicitária. Como se isto já não fosse o bastante, a mídia, como deformadora da opinião e produtora de interação social, cria esteriótipos³, donde o visual substitui o pensamento, gerado alienação. A escrita, inclusive sua versão na imprensa, perde terreno e, em muitos contextos é negada. As palavras, reeditadas e representando uma realidade cada vez mais violenta, colocando o inaceitável no lugar comum, perdem seu sentido. A saturação da informação produz o anonimato, o isolamento, a indiferença, a indeterminação, a imprevisibilidade e o distanciamento da razão, cuja ausência do diálogo é o outro lado desta moeda. Quanto mais tempo diante da televisão, menos na escola. A realidade é naturalizada, sem sentido histórico fazendo do futuro algo distante, inclusive do pensamento.

Em verdade poderíamos afirmar, tristemente, que vivemos o tempo do individualismo negativo. Afinal, nada mais revelador disto do que ampliação da marginalidade e da exclusão onde uns são o rolo compressor e, os demais, a estrada.

³ Talvez o mais ilustrativo deste fenômeno seja o mito do Tarzan. Homem branco, com mulher branca – a Jane – se torna o rei das selvas – da África – em meio a uma população atrasada – de negros. Que expressão maior de discriminação e de eurocentrismo poderíamos encontrar?

AS RESPONSABILIDADES GLOBAIS DA EUROPA DEPOIS DA GUERRA DO IRAQUE.

O pensar o mundo atual requer que pensemos os direitos humanos como direitos mundiais, universais. Com efeito, temos que nos perguntar qual nossa responsabilidade diante das guerras e das injustiças. A Europa, como os demais continentes, deve estar decidida a defender o direito internacional, a promoção da justiça e a negação da guerra, isto é, o reconhecimento da paz como direito fundamental.

Nesta perspectiva, à Europa, principalmente os países ricos, cabe fugir do seu eurocentrismo, de qualquer sentido de superioridade, pois que os europeus não são melhores que os outros povos. A guerra contra o Iraque foi uma guerra contra os povos da Europa que lutavam contra a guerra. Com posições ambivalentes, os governos europeus, uma vez bem sucedida a ocupação do território deste país, lançaram-se ao comércio. Segue-se a lógica perversa de destruição da produção local dos países pobres, para melhor controlá-los e entregar suas riquezas e matérias-primas às multinacionais e ao capital privado.

Esta foi a lógica da intervenção militar no Iraque. Diante dela o que estamos presenciando é o empobrecimento de seu povo e a desorganização de sua economia. Existem, atualmente, 10 milhões de pessoas no Iraque sem trabalho. Todas as suas instituições foram destruídas. Professores – estes mais de 2 mil -, médicos, advogados e outros foram despedidos e engrossam o contingente dos que perambulam pelas ruas, entre protestos e busca do que fazer.

Muitas pessoas estão sem habitação, acampadas em escolas, edifícios públicos, museus. Cerca de 70 mil estão sem casa só em Bagdá. Os problemas de insegurança e de ataque aos direitos humanos se intensificam. Por outro lado, aproximadamente 10 policiais iraquianos foram assassinados em uma semana por tropas americanas. O país já acumula uma dívida de 350 bilhões de dólares que agora, com a ajuda cínica dos aliados de Bush para a reconstrução do país, deve aumentar. Além disso, autoridades iraquianas e americanas estão aprovando leis que conferem às empresas estrangeiras a propriedade privada do patrimônio do Iraque, principalmente seu petróleo.

O que presenciamos é a face mais perversa de um modelo que multiplica a cifra dos excluídos e promove o fascismo social. Não é o povo iraquiano ou os países e povos pobres – a pobreza mata 1 criança a cada 3 segundos - que tem que pagar a dívida com os países acima da

linha do equador, mas os países ricos que devem indenizar pelas mortes e prejuízos que causaram e estão causando aos povos do mundo e ao próprio planeta. Portanto, parte da mudança deste sistema, para o bem da sobrevivência neste e deste planeta, depende de uma outra postura e ou política dos e nos países desenvolvidos.

Nesta perspectiva, torna-se imperioso a tomada de consciência de que não se pode mais levar a efeito a perspectiva de que uns são melhores e outros piores ou de que uns devem dominar e outros serem dominados. Pelo contrário, as relações entre os povos devem estar alicerçadas no princípio de que a qualidade presente na diversidade emerge na medida que o encontro entre os povos se dá de forma igualitária e democrática, sobre o planalto do princípio da justiça social.

Para tanto o continente europeu poderia usar sua moeda e seu poder para construir um modelo de desenvolvimento societário distinto do atual e com capacidade de potencializar o desenvolvimento dos países do sul. Por conseguinte, um primeiro passo seria repudiar, incondicionalmente, a guerra a favor dos direitos humanos e das prioridades sociais.

Em conseqüência, esta realidade que se espera conquistar deve atender a um conjunto de princípios responsáveis por conferir um sentido correspondente, não só ao que se quer evitar, como, sobretudo, o que se quer configurar. Assim, as idéias de humanidade, cidadania ativa, cidadão universal e o direito de todos aos direitos, isto é, a garantia e a observação da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência de todos os direitos humanos – civil, político, econômico, social e cultural - colocam-se como centrais no desafio da construção de uma outra agenda para as relações entre os povos, muito à semelhança da proposta expressa no compromisso do milênio, proposto pelos povos do mundo na ONU em 2000⁴.

Esta, por sua vez, não deve distar do entendimento de que é necessário ter outras relações econômicas mundiais, que não se resolve problemas com as armas – vide atual situação do Iraque -, que a questão ambiental exige respostas urgentes e que o poder mundial deve ser dos cidadãos e não de um ou outro governo.

Desta forma, entende-se que a conotação das intervenções que se propõem a edificar esta outra realidade global deve estar fundamentada em alguns princípios. O da *liberdade*, de modo que não haja restrição à locomoção, o impedimento do acesso ou a

⁴ Neste documento foi apresentado como eixos temáticos do compromisso dos povos e governos para o novo milênio a erradicação da pobreza; o cancelamento das dívidas; a promoção da paz, da segurança e o desarmamento gradual dos povos; a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável; o fortalecimento e democratização da ONU e; a garantia, promoção e unificação dos direitos humanos.

deformação da informação e que, uma vez garantida, sirva para que os governos sejam ininterruptamente controlados pelos cidadãos. A *igualdade*, para que os estrangeiros sejam tratados como iguais. É preciso construir relações entre os povos que compensem as desigualdades históricas. Não se pode admitir que aqueles que foram chamados a ajudar no desenvolvimento da Europa no passado – turcos na Alemanha, magrebinos na França, por exemplo, (sem contar os latinos e negros nos EUA) – sejam discriminados e condenados agora a todas as formas de discriminação e rejeição social.

Não haverá mudança no cenário das relações internacionais se o princípio da igualdade não for considerado a outra face da diversidade. A *diversidade*, expressão da força e potencial do gênero humano, deve significar o respeito ao direito de manifestar as liberdades, as identidades culturais e ou singulares, matriz de toda indignação e questionamento sobre a negação da cidadania aos imigrantes e aos mecanismos que reificam as injustiças. Questionamento este que tem sua energia em outros dois princípios.

Um, a *participação democrática* como instrumento de oxigenação do pensamento e da negociação, além de provocar a qualificação do pensamento social, tanto nas relações face a face, quanto a nível internacional, garantia da multilateralidade. Ela é um poder político fundamental para garantir a proteção à biodiversidade e para evitar o monopólio, a concentração de riqueza e nos proteger do poder midiático⁵, praga que propaga a deformação e homogeneização da opinião pública, além de afastar os jovens da política – através da espetacularização do elemento trágico e da saturação descontextualizada de informações com conteúdos iguais - e corroer valores indispensáveis à convivência humana.

Outro, a *solidariedade*, tecida na idéia da cooperação descentralizada, seja entre os povos, seja entre os cidadãos de uma mesma nação. Em verdade, só quando nos damos conta de que estamos todos no mesmo barco é que vamos assumir sermos solidários. Todavia, esta solidariedade não pode ser somente expressa em idéias ou formas de pensar. Deve se materializar em ações concretas pois que as palavras, sinopse das idéias, têm menos força do que os atos.

Assumir esta agenda é adotar como possibilidade concreta colocar-se em sentido oposto ao império do governo norte-americano. Entendemos que um primeiro passo foi dado no encontro da OMC em Cancun por um grupo significativo de países em desenvolvimento, apesar

⁵ Importante destacar que a mídia se transformou também num importante instrumento de legitimação da guerra, promovendo ela mesma uma guerra de informações onde, através do bloqueio a multiplicidade dos pontos de vista, tem consolidado uma visão hegemônica que, até agora, tem sido responsável pela construção de uma opinião

da Europa ter se posicionado como um apêndice dos EUA. Inobstante, as nações, senão principalmente seus governos, têm que considerar o abandono da reedição da diplomacia dos canhões – que a Europa e EUA querem reviver – e do atual modelo de comércio. Este tem produzido, talvez, uma outra forma de guerra, de apropriação e ou expropriação de terras e de culturas.

Estas propostas representam não somente a negação de um modelo que desprestigia o público em favor do privado, que coloca governos a serviço do capital privado, centrado nas empresas e no mercado mas, sobretudo, um movimento de potencialização de um outro caminho para a globalização e integração cooperada entre os povos e os governos. Este outro caminho passa pela promoção da cidadania de todos os povos, edificada a partir da construção de uma democracia global donde todos os habitantes do mundo possam e passam a falar de seus problemas e sobre os problemas do mundo.

É importante lembrar que a Europa somente mudou e avançou na garantia dos direitos humanos quando a população teve acesso à educação⁶ e a uma rede de proteção social. Portanto, é imprescindível que os povos possam ter acesso à educação em todos os seus níveis e que as necessidades da sociedade civil, e por decorrência, dos cidadãos, sejam assumidos como os principais objetivos do sistema econômico e da vida em sociedade.

Não obstante, as dimensões que as adversidades presentes na realidade impressa pela mundialização da lógica do capital, um conjunto de propostas e ou proposições começam a ser elaboradas e apresentadas como elementos concretos para uma mudança de rota. Neste sentido, é preciso que a política venha a governar a globalização. Um mundo com justiça e com paz pode ser o resultado da construção de um controle do mercado por um governo mundial da sociedade civil. Esta governança mundial⁷ deve declarar a pobreza, os paraísos fiscais e a restrição à produção de remédios como algo, não somente inadmissível, como ilegal; deve propor um plano Marschal para os países pobres, reformas no Banco Mundial e no FMI e centralizar no direito internacional o marco da legitimidade; deve propor além do desarmamento mundial a

pública, em sua maioria, conformada e ou conivente com o curso dos acontecimentos. A tomada de consciência de que todos os indivíduos são fonte de informação é mais um desafio à educação dos povos.

⁶ A mudança do mundo começa pela consciência e confiança de que cada um pode mudar o mundo. Ademais, recordemos que os direitos humanos só alcançam a consciência daqueles que tem consciência de seus direitos e que a tomada desta consciência demanda o acesso ao conhecimento.

⁷ Que pode passar pela ONU, porém com outra composição, com a participação de membros dos executivos, dos legislativos e da sociedade civil.

transferência dos recursos destinados à indústria bélica para a educação universal, para que se possa educar para a compreensão, a cooperação e para a paz.

O CAMINHO DA PEDRAS: Dos elementos e das qualidades da paz.

Ainda que a realidade apresentada logo acima seja de uma incongruência e intensidade absurdas, porquanto obtusa em termos de perspectiva humanitária, não devemos, em função do compromisso com as gerações futuras e para com a preservação do planeta, abdicar da construção de processos de resistência e mudança social. Mais do que *um outro mundo é possível* temos que reconhecer que *só um outro mundo é possível* e que sua construção é tão necessária quanto urgente. Portanto, os ingredientes de uma cultura distinta, com supremacia da paz e da justiça, porquanto de justipaz⁸, nascem mesmo dos movimentos de resistência, de contestação e de construção de alternativas, pois mão invisível do mercado não existe, são produções de ação humana, ações políticas e, como tais, podem ser, pedagogicamente e politicamente, transformados também pela ação humana.

E foi esta ação humana contestatória e propositiva que oportunizou o aparecimento e desenvolvimento de uma série de movimentos cuja finalidade, pode-se dizer, mescla-se com a tentativa de demarcar na realidade a possibilidade concreta de construção deste outro mundo. Assim, presenciamos e ou fomos protagonistas do movimento feminista em defesa da justiça a partir da igualdade de gênero; do movimento ecológico que busca a preservação de toda a manifestação da vida e das condições – educação ambiental, a busca por fontes alternativas de energia e exigências legais - para mantê-la; a resistência sindical e a luta pela manutenção e criação de empregos, bem como a redução da jornada de trabalho; a constituição de políticas sociais direcionadas às famílias de baixa renda; a intensificação global do debate e da luta pela garantia dos direitos humanos; a construção da consciência da necessidade de distribuição de renda que fomenta a pressão por gerenciamento político da economia e reestruturação da ONU, de seu Conselho de Segurança e de seu papel e; a luta pela taxaço do capital e perdão da dívida.

Estes movimentos, no transcorrer de sua constituição e evolução, foram e continuam sendo orientados por princípios e ou premissas que buscam vivificar as qualidades que

nascem da experiência prática de valores que se reeditam no movimento da utopia infinita da construção, do encontro com a humanidade. Dentre estes princípios gostaríamos de destacar o diálogo, a igualdade, a liberdade, a fraternidade, a democracia participativa, a política ativa, a ética e a autonomia.

O *Diálogo* deve ser concebido, percebido e apreendido como método e fundamento do pensamento, da razão, do conhecimento, da crítica, da criação e da interação social. Não é só verbal, ele se dá por meio de gestos, de inflexões, de olhares, de posturas. Nossa natureza nos fez diferentes e imersos num mar de diversidade e complexidade⁹. Neste sentido, todo o potencial e riqueza da articulação desta natureza dependem das cadeias de relações que viermos a desencadear e a desenvolver, seja com o outro seja com o mundo que nos acolhe e cerca. Para tanto, o fio que tece esta rede deve ser o diálogo que, uma vez efetivado, estreita os laços, qualifica a compreensão e concorre para a articulação de ações em favor da construção das qualidades ainda ausentes.

A fluidez deste diálogo depende, no entanto a eliminação de perspectivas verticais quanto ao conteúdo do diálogo. Ou seja, não podemos erguer pontes de diálogo onde não se reconheça que o outro, que cada um e que todos não são em nada inferiores ou superiores a quem se dispõe a dialogar. Com efeito, o diálogo deve ser submisso a idéia de *igualdade* entre os que dialogam. Não a igualdade hipócrita expressa na juridicidade presente nos arcabouços legais de cada país, mas a igualdade concreta, que não reforça nossas diferenças, quais sejam, a igualdade social, econômica, de cor, de religião, de língua e de gênero.

Da mesma forma, a *liberdade* deve ser vista como um elemento sem o qual a igualdade e o diálogo não receberiam o conteúdo da diversidade. A liberdade é o fundamento que garante que o acesso a todo o potencial de fertilidade da relação homem/natureza. Não a liberdade somente expressa na legalidade, pois que esta tão somente não basta visto que nem tudo

⁸ Expressão que nos foi apresentada pelo sociólogo Azril Bacal, professor da Universidade de Upsala – Suécia - , que conjugou as expressões justiça e paz conformando este neologismo, qual seja, justipaz, pois que, segundo ele não pode haver paz sem justiça social.

⁹ O conceito de complexidade aqui está aliado com o movimento ontogênico – autopoietico - dos sistemas. Esta compreensão pode ser buscada em Morin. Para ele, o conceito de autopoiese engloba tanto a ordem biológica quanto à humana. Pondera ainda que um . . . *organismo está em autoprodução permanente por meio da morte de suas células (que etc); uma sociedade está em autoprodução permanente por meio da morte de seus indivíduos (que etc): ela se reorganiza incessantemente por meio de desordens, antagonismos, conflitos que minam sua existência e, ao mesmo tempo, mantêm sua vitalidade. (. . .) Assim, vemos que a noção de auto-referenciação diz respeito tanto aos fenômenos constantes de autoconservação não degenerativa , de auto-reprodução generativa, como os fenômenos de transformação, de desenvolvimento, de aumento da complexidade da geratividade.* In: MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 300-302.

que é legal é legítimo. Igualmente não nos basta a liberdade demagógica de ir e vir, na medida que esta é definida pela conta bancária, mas a liberdade de locomoção, de expressão, de organização, de pensamento, de crítica, de criação e de manifestação, condição precípua deste princípio. Uma liberdade de corpo inteiro, produto da unidade entre consciência e existência que possibilita a ação transformadora no e do mundo (Barbaras, 2002).

De outra parte, os limites e ou fronteiras desta liberdade devem ser interpostos pelo princípio da *fraternidade*. Não a fraternidade do papel ou do discurso, que serve a quem busca reconhecimento e não aos que precisam ser reconhecidos. Queremos a fraternidade em sua dimensão política que deságüe em ações concretas de cooperação, de partilha, de ajuda mútua, de solidariedade prática, ações que contribuem para aproximar o desejo da necessidade. A demarcação da justa medida ou do equilíbrio entre a liberdade e a fraternidade será a matriz sobre a qual poderemos verificar a consecução concreta do princípio de igualdade. Aliás, poderíamos afirmar com segurança que tais princípios são interdependência e que sua consistência obedece a uma relação de reciprocidade.

Não obstante, a engrenagem que deve movimentar a relação entre estes princípios não pode ser outra que não àquela movida pela democracia e pela participação. Como ingredientes de um mesmo composto, a democracia participativa deve ser experienciada como método e como conteúdo a partir da consciência social da reciprocidade das ações; vivida no respeito às diferenças, na pluralidade; no saber de que não somos contra as pessoas, mas contra as idéias que devem ser debatidas e questionadas. Outrossim, deve servir para estimular a busca da informação e do saber; combater o egocentrismo pessoal ou grupal; descentralizar as decisões para levar e elevar à esfera pública o debate sobre questões que interessam a vida da coletividade. Tudo isto atravessado pelo axioma de que ninguém é mais sábio, inteligente ou importante do que todos nós e porque o poder não se dá pela imposição da presença, mas pela persuasão, donde sua força vem de sua fraqueza presente na possibilidade da qualificação da relação – igualitária – de poder.

Portanto, a participação e ou envolvimento das pessoas diante das questões de interesse público deve se distanciar do conceito negativo de alienação¹⁰. Trata-se, então de fomentarmos e estimularmos a emergência de uma política ativa, que tenha como ponto de partida o “ser” no presente e projetar o que ele deveria ser. Encurtar esta distância é a tarefa da

educação (para a paz). Para tanto temos que reconhecer os vínculos entre estrutura e sujeito, entre globalização e vida individual/cotidiana. Assim, política deve ser percebida como o cuidado amoroso para com a coisa pública, o gesto amoroso com o povo e suas necessidades. Em favor da compreensão poderíamos sustentar ainda que é esta participação que torna indissociável a relação entre educação e política. Enquanto a qualidade da primeira depende da propagação e intensidade da segunda esta, por sua vez, pode ser mais justa, eficaz e ética porquanto o desenvolvimento da primeira.

Ademais, esta participação deve ser percebida, senão concebida, como resultado de um compromisso com um conjunto de direitos, inalienáveis e irredutíveis, seja dos seres humanos, seja de tudo que podemos caracterizar como não-humanos. Portanto, esta participação política deve ser, sobremaneira, *ética*. Ética esta que precisa ser demarcada com a ética da bondade, do bem querer, da gratuidade, de tudo aquilo que aproxima as pessoas e que cuida e expande a vida; da co-responsabilidade partilhada com as lutas de nosso povo, donde “pensar certo”, dizer a verdade, ser coerente e profissional com o outro deixa de ser obrigação e passa a ser “modo de vida”. Neste sentido, a participação é premissa para a responsabilidade e para a formação que valorize idéias como o bem comum, interesse público, direitos universais, amizade, a comunhão, compaixão, justiça, paz, cooperação, conhecimento, confiança, lealdade, comunicação (diferente de mídia), esperança e do altruísmo em detrimento do egoísmo. Como resultado, a vida já não poderia ser considerada como meio, mas como fim em si mesma e, como tal, singular, inalienável e insubstituível.

Por coerência não podemos pensar em uma outra sociedade se continuarmos a reproduzir os modelos heterônomos de convivência, próprios das relações de subserviência, de tutela e de dominação. Ao contrário, o transitar pela sociedade não pode prescindir da *autonomia* dos indivíduos¹¹. Como bem sabemos não podemos, ainda que alguns insistam em impor - seja pela força, seja pela trapaça -, pensar, aprender ou agir pelo outro. O que podemos é com nossa

¹⁰ A alienação aqui teria um caráter positivo, isto é, algo à semelhança do que sugeriu Elias (1998) que apresentou a mesma como sendo um processo de distanciamento dos fatos para melhor conhece-los como etapa anterior ao diálogo e ou intervenção nos mesmos.

¹¹ O conceito de autonomia aqui pode ser buscado na relação simétrica entre autonomia e autopoiese apresentado por Maturana (2001). Conforme este autor o que distingue os seres vivos dos demais em termos de sua organização e cuja distinção é dada por sua estrutura. Segundo ele, . . . *para compreender a autonomia do ser vivo devemos entender a organização que o define como unidade. Perceber os seres vivos como unidades autônomas permite mostrar como sua autonomia – em geral visto como algo misterioso e esquivo – se torna explícita ao indicar que aquilo que os define como unidades é sua organização autopoietica, e que eles, ao mesmo tempo, realizam e especificam a si próprios.*In: MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco J. A Árvore do Conhecimento – as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001, p. 56.

ação, testemunho e exemplo, abrir portas e apontar caminhos. Deste modo, temos o dever (como direito) de reivindicar, reclamar, resistir (denunciar) como também de anunciar, propor, desafiar o outro para conhecer o desconhecido. Nesta perspectiva, seremos tão mais autônomos - mesmo estando preso a relações de interdependência - quanto mais pudermos construir condições de emancipação, tanto na esfera econômica, como na social, na política e na ideológico-cultural.

Não imaginemos, no entanto, que teremos qualquer garantia ou segurança durante o processo de negação da negação da humanidade. A construção deste outro *modus vivendi* é tributária tão somente da certeza de perceber a história como possibilidade, como projeto e processo não determinado, portanto, aberto ao controle político da historicidade. Por isto que um dos deveres básicos do educador, senão o principal, é o exercício da compreensão da realidade. Como tal este processo deve ser assumido como o campo por onde o ser humano se apresenta na forma de um projeto infinito, e que demanda, por conseqüência, que seu processo de formação e educação seja demarcado por um horizonte inabarcável em sua totalidade e, como tal, herdeiro de um processo democrático sem fim, em todos os seus espaços e tempos.

Para tanto, todos aqueles que assumem o compromisso com a educação assumem um desafio de fazer o compromisso da educação ser de todos. Nem de governos ou instituições. Mas, por direito e dever, do e com o povo, único e legítimo soberano. Por isso, se a soberania é popular em seu sentido mais amplo, a educação deve ser popular, isto é, deve assumir sua dimensão política, no sentido de disputar a atribuição de sentido. Neste processo de construção de sentido, o povo não tem que compreender do que se fala, tem que enxergar o que se fala. E do que se fala deve incorporar a compreensão do porquê educar e como educar. O porquê revela a dimensão política da educação enquanto o como desnuda seu desafio pedagógico.

De outra parte, para além deste e de outros, o desafio é potencializar o movimento entre comunicação e conhecimento de modo a configurar outros sentidos à linguagem, ao pensamento, às ações e à vida. Nossa luta é pelo sentido da vida, portanto por sua preservação. Por estas e outras razões é que temos que saber quem somos: somos aqueles que fazem educação por um compromisso ontológico com o ser humano e com a vida. Não por meu salário, para o ou um governo, partido, Presidente, Prefeito ou para este ou aquele gestor da educação. Fazemos educação porque queremos viver numa sociedade mais bela e boa. Por isso temos que nos assumir como guardiões da esperança em tempos sombrios e de desencanto (Gentili & Alencar, 2001).

Em sentido convergente, a educação popular – porque a soberania só pode ser popular – deve ser aprendida e apreendida como movimento transformação da formação, pragmática e instrumental, para o mundo do trabalho e da produção para a formação dirigida à produção de outros mundos, aqui, agora e para sempre. É o trabalho de emancipação do soberano, de libertação da opressão. É a produção para a produção do mundo da vida.

Nesta perspectiva, a relação educação popular e paz (Justipaz) requer que reconheçamos a substância de três fenômenos que condicionam esta relação quais sejam: 1) a realidade e ou o mundo em que vivemos; 2) os elementos/qualidades da paz e; 3) o movimento político em busca da humanidade. Assim, depreende-se, como efeito lógico, que o mundo em que vivemos continuará como tal se não formos capazes de, no momento em que buscamos a humanidade, torná-la tão mais substantiva quanto mais central em nosso que fazer. Portanto, a construção da justiça e da paz assume a conotação de um compromisso político com a transformação da realidade.

CONSTRUINDO O MOVIMENTO POLÍTICO-EDUCACIONAL EM BUSCA DA HUMANIDADE.

Os princípios brevemente apresentados acima sugerem que sua efetivação deva estar condicionada ao processo de formação, ou ainda de (com)formação, dos sujeitos dispostos a erguer este que pode ser um outro paradigma de contrato social. Desta forma, podemos aproveitar o espaço que nos resta para tecer algumas considerações acerca das possibilidades, ou mesmo necessidades, das propriedades que devem estar presentes nos processo educativos e, mas precisamente, na escola. Estas considerações, cabe destacar, procuram dialogar com o documento final apresentado pelo fórum de educação ocorrido nos dias 6,7 e 8 de outubro de 2003 no Centro de Educação de Pratinat, Região de Piemonte – Itália.

Consoante a uma educação coerente aos princípios até aqui sustentados por nós como possíveis balizadores da vida em sociedade, a escola, tanto em relação a sua organização quanto a seus objetivos, deve assumir compromissos sem os quais qualquer processo de mudança social ou cultural terá seu curso obstaculizado e ou (de)formado. Aliado a este sentido, entendemos e defendemos que a escola tem que ser pública, laica e pluralista quanto à destinação, estatal quanto ao financiamento, democrática quanto à gestão e transformadora/libertadora quanto ao seu objetivo.

Ela tem que explicar o mundo - pesquisar, fazer ciência -, compreender o mundo, dizer porque ele é como é - fazer política - e pensar como ele pode ser melhor – energia e mobilização para a luta política- , ou seja, não basta ver a realidade é preciso saber o que fazer com ela. Não interessa o alcance das ações ou o de seu impacto sobre o desafio da construção da cidadania. O certo é que a cidadania planetária pode e deve ser edificada a partir da combinação de processos onde pensamos e agimos coletivamente e localmente tanto quanto pensamos e agimos globalmente.

Neste desafio, nosso pensamento está condicionado, mas não determinado¹², pelas infinitas possibilidades cognitivas abertas pelo acesso ao conhecimento e à informação. Por suposto, o não saber, a ignorância é o fundamento da educação donde sua essência congrega a necessidade de mobilizar a aprendizagem na medida mesmo que a faz significativa. Não sabemos

¹² Pois ainda dispomos , para nossa alegria e satisfação, de nossa imaginação!

tudo, porquanto somos sempre ignorantes de ou em algo. Assim, a educação é um processo infinito que deve se estender por toda a nossa vida.

Deste modo a aproximação com a humanidade, com a construção e efetivação de uma cultura de justipaz, pode ser concretizada nas escolas, mas não somente nelas. Sabemos que outros importantes espaços concorrem para a formação dos indivíduos. De outra parte, a educação não muda a sociedade, tampouco esta muda sem a contribuição da educação. O fato é que a educação escolar, apesar de toda crise desta instituição¹³, ainda deve e pode ser apreendida como um decisivo e importante espaço de desenvolvimento deste outro cidadão que queremos formar. Com efeito, esta formação depende da presença de certos processos e fenômenos, com conotação política definida, donde a ESCOLA:

- a. deve ser democrática e participativa, pois disto depende a qualidade do processo de ensino, a qualidade do conhecimento e as oportunidades da autonomia;
- b. Assumir-se dialética/dialógica/dinâmica, para que na positividade do conflito, na construção dos consensos possíveis, se qualifique o pensamento social e se exercite a aproximação com o outro;
- c. Deve ser símbolo de unidade, visto que busca o comprometimento, o envolvimento e responsabilidade no que fazer, com quem fazer, para quem fazer, porque fazer e como fazer. Unidade do pensar e do executar, no saber e no fazer, na teoria e na prática. Esta unidade também deve representar a busca da indiferenciação entre consciência e existência, entre razão e sensibilidade, entre corpo de espírito, enfim, entre concepção e execução. Tenhamos consciência que só a consciência não transforma a realidade. Precisamos da ação!

¹³ Que é resultado, no caso brasileiro, de fatores como a inversão insuficiente de recursos por parte dos governos, estrutura burocrática de distribuição de verbas, professores e ou educadores mal remunerados e vítimas da síndrome da desistência – falência da utopia pedagógica -, currículos envelhecidos e pouco flexíveis, gestão centralizada, dentre outros.

- d. Traduz seu cotidiano em uma busca transformadora, pois queremos aproximar também o futuro, controlar a historicidade e conquistar, senão o melhor dos mundos, ao menos um mundo melhor, qual seja, politicamente democrático, socialmente justo, economicamente solidário e ecologicamente sustentável. Ela tem de ser, portanto, crítica na função de conhecer o mundo e criativa para desafiá-lo em seu potencial de e para a mudança social, para a transformação;
- e. Reconhece-se utópica, como espaço e tempo que acolhe o movimento de busca: da democracia sem fim, do conhecimento como instrumento de autonomia e emancipação e não de dominação e alienação; do controle de tudo que atenta contra a vida; da interdição do diabólico e da promoção do simbólico;
- f. Deve assumir a emancipação humana como sua maior função e seu maior objetivo. Disto decorre da busca constante de sentido que envolve o desenvolvimento dos processos de formação escolar articulados com a vida em sociedade. A crítica e a produção de conhecimentos, e de formas de pensar e agir, não devem deixar de considerar as possibilidades de influência recíproca entre escola e mundo social, de modo que, na medida que a qualidade da educação se processa a partir dos princípios aqui sustentados, defini-se os termos da mudança cultural a qual se objetiva controlar.

Esta escola, portanto, é uma escola que se comunica - lê, escreve, que fala, que escuta -; que aprende, porque pesquisa; que interage, porque ensina cooperação - festivais, mostras e feiras -, que forma, porque a todos escuta e a todos pergunta; que é popular, porque é aberta; que busca, porque tem esperança; esperança na formação do ser humano, eixo central de todo o tecer sociológico/político/pedagógico.

Deste modo a educação escolar incorpora como sua função primeira formar sujeitos que devem ser autônomos e responsáveis, por decorrência políticos; capazes de estabelecer sentido às suas vidas (historicidade) e à consecução da humanidade; capazes de processar informações e de se comunicar; ter criatividade, iniciativa e liberdade para denunciar o indigno e anunciar o apreciável; agir democraticamente em prol da convivência; domínio da

linguagem e da escrita; capacidade de fazer escolhas; assumir sua formação profissional e cidadã; assumir-se como cidadão universal - não soldado universal - como desafio para a construção de laços de solidariedade mundial.

Nossa força e energia originam-se da convicção de que, como nos ensinou Leonardo Boff¹⁴, o ser humano é um projeto infinito:

Infinito

Na Capacidade De Fazer História;

Na Necessidade De Ser Diferente;

Na Disposição Para Recomeçar;

No Desejo De Se Aproximar;

Na Grandeza De Saber Perdoar;

Na Qualidade De Se Indignar;

Na Virtude Para, Sempre, Anunciar.

Enfim, Infinito Na Beleza De Ser,

Infinito.

E quando nossa fragilidade nos abater, lembremo-nos de um saber popular, reeditado por uma merendeira de escola: *se não podemos derrubar uma pedreira, podemos ao menos trocar uma pedra de lugar!* E quem sabe, neste movimento e sem perceber, trocar o lugar de todas as pedras!

BIBLIOGRAFIA

- BARBARAS, Renauld. O corpo da liberdade. In.: NOVAES, Adauto (ORG.). O Averso da Liberdade. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.
- BENJAMIN, César [et. al.] A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- BOFF, Leonardo. Tempo de Transcendência. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- ELIAS, Norbert. A Solidão dos Moribundos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. Envolvimento e Alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GENTILI, Pablo & ALENCAR, Chico. Educar na esperança em tempos de desencanto. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LUTTWAK, Edward. Por que o fascismo é a onda do futuro. In.: Novos estudos n° 40, São Paulo: CEBRAP, 1994.
- MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco J. A Árvore do Conhecimento – as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MESZÁROS, Istvan. O Século XXI – Socialismo ou Barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.
- MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SADER, Emir & BETTO, Frei. Contraversões: Civilização ou barbárie na virada do século. São Paulo: Boitempo, 2000.
- SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In.: TOMMASI, Livia DE; WARDE, Mirian Jorge & HADDAD, Sérgio (Orgs.). O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEIXEIRA, A. apud BOMENY, Helena. Darcy Ribeiro – Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- TREIN, Eunice S. Projetos de desenvolvimento em disputa: Reflexões sobre a questão ambiental e os limites do modelo fordista de produção. In.: FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA (Orgs.). A experiência do trabalho e a educação básica. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- WEBER, Max. Economia y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

¹⁴ BOFF, Leonardo. Tempo de Transcendência. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.